

PEDRO E A “INFÂNCIA VULNERÁVEL”

Tatiana Dassi

Doutoranda em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina
Bolsista CNPq

Pedro é um menino horrível; já está envolvido com o tráfico de drogas, vai mal na escola, responde os professores, não obedece, rouba; enfim é aquilo que você vê aqui. Seu pai, todo mundo sabe, tá preso; a mãe, nem sei. Não adianta falar com ele, ele nunca respeita. (Clarice)

Pedro é um menino com uma história complicada; o pai preso, a mãe ou sai pra trabalhar e deixa os meninos sozinhos ou fica em casa cuidando e não consegue trabalhar; não é fácil pra ela, estamos ajudando ela a aplicar para o Bolsa Família, pra ver se assim ela pode ser organizar melhor. Ela está sempre aqui, quando chamamos pra conversar. A gente vê que ele também é um bom menino, tem problemas, mas ele é muito responsável com a irmã mais nova. Este ano mudou de turma na escola e está indo melhor. Mas pratica pequenos furtos; sabemos que está começando a se envolver com tráfico; é um caso que precisamos conversar, encaminhar. (Marilda)

Pedro tem 10 anos e é uma das crianças que frequenta o Projeto Renascer, um projeto Social desenvolvido pelo Conselho de Moradores do Saco Grande (Comosg), em Florianópolis/ SC, onde realizei minha pesquisa de doutoramento^[1]. As duas falas acima são de educadoras do Projeto que, no mesmo dia, depois de Pedro ser acusado de “roubar” paçocas durante uma festa, conversaram comigo sobre ele. Gostaria de refletir aqui sobre os pressupostos que permitem duas descrições tão diversas sobre Pedro. Ambas as educadoras, Clarice e Marilda partem da ideia que Pedro, assim como as outras crianças e jovens atendidos pelo programa, vive em “situação de vulnerabilidade”. No atual contexto, ou seja, num contexto pós-Estatuto da Criança e do Adolescente, a noção de “crianças em situação de vulnerabilidade social” tornou-se lugar-comum, tanto no discurso jurídico como nos discursos acadêmicos, e parece ser uma obviedade pouco disputada. Minha intenção aqui não é problematizar esta categoria, mas refletir sobre os efeitos que ela produz. Em outras palavras, discutir como a categorização daqueles atendidos pelo projeto enquanto sujeitos “em situação de vulnerabilidade” é acionada e que efeitos ela produz, no sentido do sujeito que constrói e das práticas que sanciona e invisibiliza. A ideia é que, ao explorar os efeitos desta categorização no cotidiano do Projeto Renascer,

possamos compreender como Pedro pode ser, ao mesmo tempo, *horrível* e *um bom menino*, para diferentes educadoras.



180

Acredito que a perspectiva de uma de minhas interlocutoras, Tati, possa ajudar a explicitar as diferenças às quais me refiro. Em 2012, ano em que iniciei a pesquisa na instituição, Tati era a coordenadora do Projeto Renascer há aproximadamente 10 anos. Durante uma conversa em que me contava sobre sua trajetória no Projeto, Tati relembra a mudança em sua concepção sobre o trabalho que realizavam ali.

Aí eu comecei a entender que o trabalho aqui no Comosg, que não era caridade, que eu já desde o começo entendia que não era uma coisa de boa ação, não era nesse sentido. Embora eu participasse de grupo espírita e grupos de jovens e fizesse caridade em outros momentos. Mas aqui eu entendia que era um direito deles, de ter educação de outra maneira.

Do ponto de vista de Tati, o que caracteriza as atividades que realizam enquanto projeto social, e as diferenciam de outras atividades do bairro, é a ideia que o trabalho do Comosg não é uma questão de *caridade* ou *boa ação*, mas de luta por direitos. Para que uma iniciativa tenha validade, enquanto projeto social, é preciso que ela se desvincule do campo religioso e moral – caridade e boa ação – e opere segundo uma lógica política – direitos.

A diferença entre caridade e luta por direitos delineada por Tati encontra ressonância em inúmeros estudos sobre a implementação de políticas públicas e ações de organizações não governamentais entre crianças e populações entendidas como vulneráveis. Entre elas, o trabalho da antropóloga Kristen Cheney (2010) que, ao discutir a situação de órfãos em Uganda, aponta para a possibilidade do status de vulnerabilidade ser acionado, pelas crianças e suas famílias, tanto para exigir que seus direitos sejam efetivados, quanto para conseguir caridade educacional ou econômica das instituições não governamentais presentes no país. É exatamente esta diferença que gostaria de explorar: a diferença entre a vulnerabilidade enquanto o que possibilita a luta por direitos ou vulnerabilidade enquanto o que torna o sujeito objeto da caridade.

A ideia com a qual estou trabalhando, inspirada pelo trabalho de Fassin (2012), é que, por um lado, temos uma leitura moral da situação de vulnerabilidade (e da criança), e por outro, temos uma leitura política da vulnerabilidade (e da criança). Aqui é preciso fazer uma ressalva: ao propor uma diferenciação entre uma leitura moral e outra política, não quero dizer que não haja política no campo que defino como moral e vice-versa. Há sim um projeto político no campo que denomino moral e uma visão moral no campo que denomino político. O que muda é o relevo, o que está no primeiro plano, e esta diferença produz efeitos significativos. Afinal, não é à toa que Tati sente a necessidade de marcar que seu trabalho ali não é caridade ou boa ação. É importante manter isso em mente, pois tal perspectiva influencia diretamente na concepção que se tem do papel da instituição, de seu trabalho e das crianças, jovens e famílias ali atendidos. Além disso, este é um ponto de tensão entre os funcionários da instituição, uma vez que, para alguns deles, o trabalho que realizam é legítimo exatamente por estar ligado ao campo da caridade.

Assim, proponho pensar esta diferenciação a partir de dois lugares. Primeiramente explorando o modo como os educadores, funcionários e a direção do Comosg entendem o papel da instituição e, conseqüentemente, como entendem seu trabalho nela. E, em segundo lugar, como pensam sobre as crianças com quem trabalham e suas respectivas famílias.

Quanto ao papel da instituição, vejamos o que diz o Projeto Político e Pedagógico (PPP) do Projeto Renascer, sobre seu “objetivo geral”:

Atender crianças/adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social. Trabalhando com qualidade e eficiência no fazer pedagógico e social. Potencializando suas capacidades, desenvolvendo a autonomia responsável, a criticidade, valores sociais de respeito ao próximo e as diferenças, responsabilidade, solidariedade e reciprocidade. Desconstruir a ideia de subalternidade, não a negando, procurando entendê-la e modificá-la e processo permanente de libertação. Garantindo exercício pleno da cidadania.

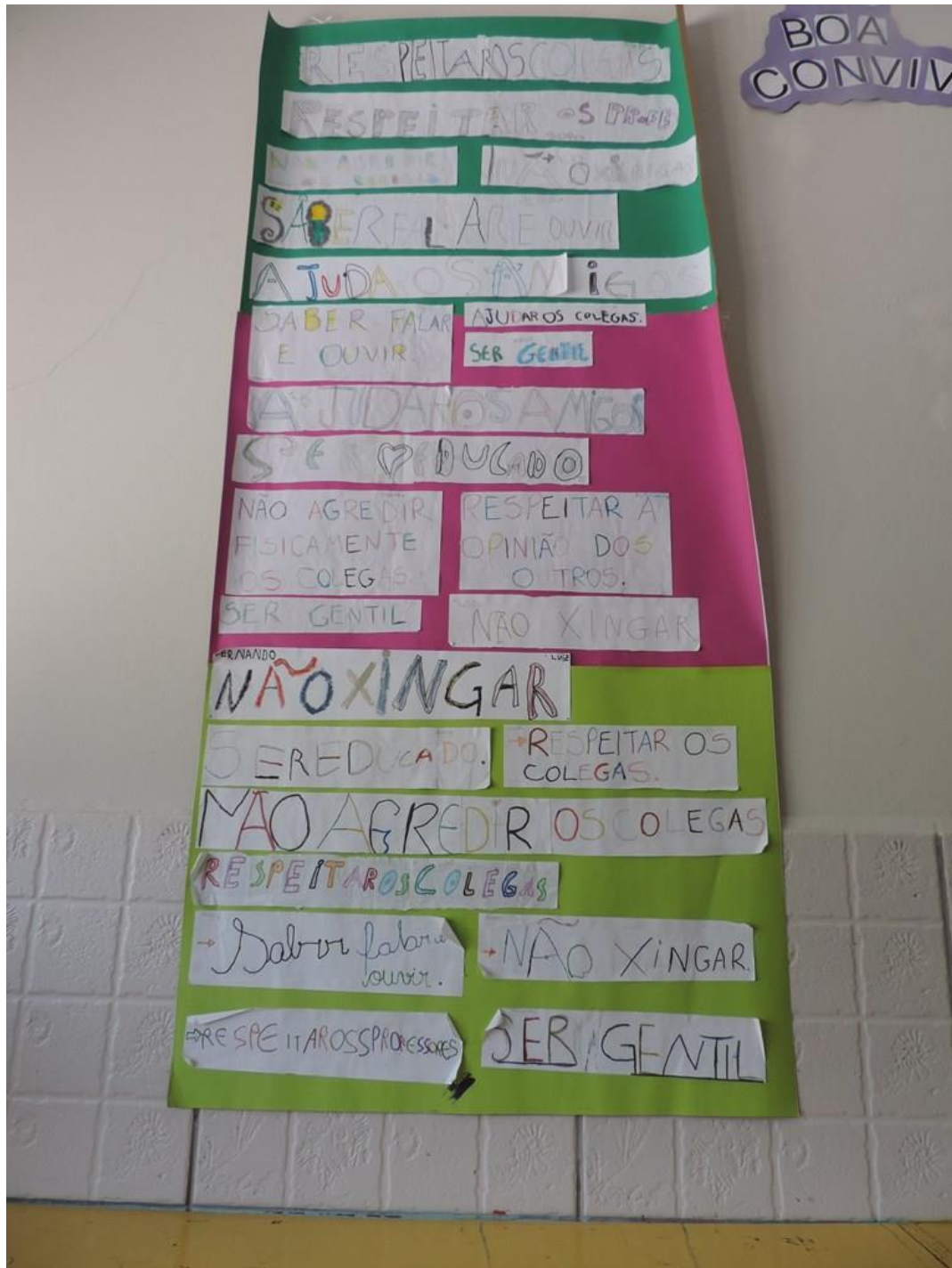
182

Em consonância com a fala da Tati, o PPP do Projeto Renascer (que foi elaborado sob sua coordenação) enfatiza uma construção política da instituição; afinal, deve se garantir o “exercício pleno da cidadania” e “desconstruir a ideia de subalternidade”. Cabe também marcar, segundo o PPP, o objetivo é atender às crianças/adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade. Ou seja, não são apenas as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, mas suas famílias também; isto significa que o Projeto deve trabalhar junto aos familiares das crianças. Este trabalho envolve o esforço, por parte da direção do Comosg e da coordenação do Projeto, em garantir que tenham seus direitos assegurados, ajudando-os, por exemplo, a aplicar para os programas do governo federal de distribuição de renda, erradicação do trabalho infantil, etc. Além disso, se o papel da instituição está ligado à garantia de direitos, o papel dos educadores é também a educação política. No dia seguinte às últimas eleições municipais, em 2012, Tati reuniu todas as crianças e jovens para ler a lista de vereadores eleitos, seus partidos, o número de votos de cada um, promovendo uma discussão sobre o que pode fazer um vereador e quais os mecanismos existentes para que possamos acompanhar seu trabalho.

Nesta perspectiva, faz parte do trabalho da instituição pressionar os órgãos públicos por melhorias na infraestrutura e no acesso aos serviços públicos no bairro. Assim, foi a direção do Comosg quem organizou, com as crianças, uma passeata para exigir do poder público a reforma de uma das escolas do bairro. Foi a coordenação do Projeto Renascer que organizou, em 2013, algumas reuniões com a escola local, o Conselho Tutelar, o posto de saúde e o CRAS^[2], para discutir as dificuldades enfrentadas por algumas crianças e famílias que frequentam a instituição. A ideia da coordenadora era que, trabalhando em conjunto, pudessem garantir uma rede de apoio mais eficiente, lutar por melhorias na comunidade como um todo e facilitar o atendimento aos casos considerados mais problemáticos. Como o caso de Pedro, que acreditavam estar começando a se envolver com atividades do tráfico de drogas local. Para “ajudar” Pedro era preciso garantir que sua mãe fosse inserida em um programa de distribuição de renda; também era necessário mudar a dinâmica de sua participação escolar. A direção da escola se prontificou a trocá-lo de turma e garantir que ele pudesse ter mais espaço para demonstrar suas habilidades matemáticas (já que era, de longe, o melhor aluno na sala nesta disciplina). O que gostaria de reter aqui é que as atitudes de Pedro, nesta perspectiva, não são entendidas como um sinal de seu caráter, mas compreendidas como parte de um contexto mais amplo. Para entender Pedro e seus problemas é preciso ter em mente suas relações familiares, escolares, de amizade, lembrando das condições estruturais, sociais e econômicas que também as constituem.

Por outro lado, para algumas educadoras, o papel e o objetivo da instituição é *resgatar valores*. Aqui o foco é também a educação, mas a educação moral das crianças; o papel das educadoras na instituição é, primordialmente, ensinar às crianças a diferença entre o certo e o errado, hábitos de higiene, como vestir-se de modo apropriado. É preciso, também, *dar amor* para as crianças. Clarice, uma das educadoras explicou-me que gostava de trabalhar ali pois sempre teve vontade de *ajudar crianças carentes, dar amor, ensinar valores*. Ela contava, para mim e Pérola, outra educadora presente, sobre a prisão do pai de Gael, que frequenta o Projeto Renascer. Clarice comenta o modo como o acolheu afetivamente após saber que seu pai estava preso, *eu não sabia o que fazer, só consegui abraçar ele, dizer, eu estou aqui para você, e te amo, aqui você tem amor*. Pérola pergunta se ela explicou para

ele que o que o pai fez era errado, informação que considerava muito importante, já que ele não aprenderia isso em casa.



184

Diferente do que acontece na leitura mencionada acima, a vulnerabilidade aqui é uma condição das crianças apenas. Estas são entendidas

a partir da afirmação fundamental de que são criaturas inocentes, que não podem ser responsabilizadas pelo que lhes acontece, e ainda, como seres vulneráveis, precisam de proteção. Segundo Fassin (2013), estas duas afirmações têm contrapartida em duas noções a elas relacionadas: sendo inocentes, são os adultos (na figura dos pais e familiares) aqueles frequentemente responsáveis pelas tragédias que lhes assolam e, sendo vulneráveis, a sociedade é obrigada a fazer o papel dos pais faltosos, através do Estado ou da filantropia. Para Pérola e Clarice, seu lugar na vida de Gael é este: cuidar dele, dando amor e ensinando valores que não aprende em casa. Clarice sente ser preciso afirmar para Gael *aqui você tem amor*. Tudo se passa como se, em seu entendimento, Gael não tivesse amor em casa. Assim como para Pérola era preciso explicar-lhe que alguém só vai para a cadeia se faz algo errado; algo que, em sua convivência familiar e comunitária, não teria oportunidade de aprender. Ambas entendem que seu trabalho está situado no campo da caridade; são sentimentos morais (doação, compaixão) que as impulsionam a trabalhar. Contudo, nesta leitura, a linha que separa a inocência do perigo em potencial é tênue, ou seja, a vulnerabilidade pode, rapidamente, dar lugar à ideia de perigo. Qualquer comportamento da criança que possa ser lido como “mau comportamento” anulará sua inocência potencial e a transformará em uma ameaça, uma criança *horrível*, como é Pedro para Clarice, com a qual *não adianta falar*. Eis aqui a diferenciação entre as duas leituras da condição de vulnerabilidade às quais me referi.

Se a vulnerabilidade é entendida como uma condição das crianças, o é a partir da afirmação de sua inocência (uma característica moral da criança); qualquer comportamento da criança que se oponha a esta expectativa, anula sua condição de vulnerável e a deslegitima enquanto tal. Por outro lado, se a vulnerabilidade é entendida enquanto uma condição estrutural, social, econômica e histórica, que abarca as crianças e suas famílias, as ações das crianças (bom ou mau comportamento) não a anulam. Abre-se espaço para que suas ações sejam compreendidas como parte de um contexto mais amplo. Pedro pode então apresentar problemas de comportamento (pequenos furtos, envolvimento com o tráfico de drogas), mas também pode ser uma criança responsável em outros momentos. Certamente afirmar que Pedro é *um menino horrível*, ou que *é também um bom menino* são avaliações sobre ele, e enquanto

tal, são posicionamentos morais. Contudo, o que as diferenciam são os pressupostos que estão em jogo nestas construções, o que está em primeiro plano, isto é, uma leitura política ou moral da vulnerabilidade.

Vemos então delinear-se aqui duas concepções diferentes sobre a condição de vulnerabilidade. Por um lado, percebemos que a vulnerabilidade é entendida como uma condição estrutural, que abarca crianças e suas famílias. Nesta leitura, que denominei política, é preciso garantir que os direitos, tanto de uns quanto de outros, sejam respeitados, único caminho possível para a superação da condição de vulnerabilidade. Por outro lado, temos uma leitura na qual a vulnerabilidade é entendida como uma condição individual da criança, pautada pela inocência e pela necessidade de proteção. Nesta perspectiva, ou leitura moral, é preciso educar as crianças, ensinar-lhes valores, para que possam, futuramente, superar sua condição de vulnerabilidade. Entender os efeitos que estas leituras produzem é o caminho que encontrei para alimentar o debate sobre os “dilemas sociais contemporâneos”.

Referências Bibliográficas

CHENEY, Kristen E. 2010. “Expanding vulnerability, dwindling resources: implications for orphaned futures in Uganda”. *Childhood in Africa*, 2(1): 8-15.

FASSIN, Didier. 2012. *Human Reason. A moral history of the present*. Los Angeles: University of California Press.

_____. Children as victims. 2013. “Children as victims. The moral economy of childhood in the times of AIDS”. In. BIEHL, João; PETRYNA, Adriana (orgs.). *When people come first*. pp. 109-132.

FOUCAULT, Michel. 2001. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Tatiana Dassi

Doutoranda em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Bolsista CNPq

Currículo Lattes

^[1] O trabalho de campo no Conselho de Moradores do Saco Grande foi desenvolvido entre agosto de 2012 e março de 2014. O que apresento aqui são fragmentos de discussões que serão desenvolvidas na tese. A proposta é refletir sobre os modos de gestão da infância a partir do questionamento sobre os modos como os interlocutores da pesquisa vivenciam o “cuidado de si” (Foucault, 2001), e constroem uma ética da vida, através dela se constituindo como sujeitos morais.

^[2] Centro de Referência de Assistência Social.